

---

**AULA 20****Ética Kantiana**

- Dever e Inclinação
- Autonomia e Esclarecimento

“Age de tal modo que a máxima da tua ação se possa tornar um princípio de uma legislação universal”. (Kant)

“O céu estrelado por sobre mim e a lei moral dentro de mim”. (Kant)

- A ética kantiana é conhecida como **Universalista** (válida para todos) **ou Normativa**, pois, devem-se seguir as normas ou ordens da razão.

- Ela é conhecida por nós pela razão e jamais pela experiência, pois, tem um caráter intrinsecamente racional. Essa lei nos obriga a agir ou a nos abster de agir, simplesmente em razão de que a ação é exigida pela lei, ou proibida por ela.

**DEVER** é uma ação conforme uma ordem racional, uma norma ou lei da razão. O homem deve agir por Dever independente de qualquer coisa, como Deus ou a felicidade de alguém ou da sociedade.

“Uma ação cumprida por Dever tem seu valor moral, não no fim que deve ser alcançado por ela, mas na máxima que a determina; sem relação com nenhum objeto de desejar”.

Kant distingue duas funções do dever:

- A primeira é a **ação conforme o dever, conforme a lei**, ligada à **ação legal**. Esta se dá quando uma ação tem como fim o interesse particular. Ex.: comerciante que atende bem o cliente. Expressão: “não faça ao outro aquilo que não queres que te façam”. (**Imperativo Hipotético**).
- A segunda é a **ação por dever, por respeito à lei**, ligada à **ação moral**. Esta se dá quando uma ação não tem como fim um interesse particular, mas é uma **ação boa em si mesma**. Expressão: “fazer o bem sem olhar a quem”. (**Imperativo Categórico**).

Devido a não existir uma unanimidade de ações, ou seja, pelo fato de cada um agir como melhor lhe aprouver, uns por dever e outros apenas conforme o dever surge em Kant o termo **Boa Vontade**: vontade de agir somente por dever. Conhecida também como **Vontade Santa**: vontade que está necessariamente de acordo com a razão, só podendo escolher aquilo que é racional.

**INCLINAÇÃO** está fundada na liberdade do mundo sensível. Não está fundamentada na razão, mas sim nas sensações e desejos. Assim, não buscam o bem comum, mas interesses particulares, seus valores morais são condicionados, logo, por não serem universalizados, são indignos para servir de princípios morais. *A Crítica da Razão Pura* nos traz que o dever “orgulhosamente rejeita todo parentesco com a inclinação”.

**AUTONOMIA** se caracteriza por dois fatores:

- **Independência da vontade** em relação a todo desejo ou objeto de desejo (liberdade no sentido negativo). É se sobrepor em relação à sua vontade, seu desejo e não fazer algo. Ex.: Não matar, não cometer adultério, etc.
- **Capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão** (liberdade no sentido positivo). É fazer algo conforme a lei razão, mesmo que essa atitude seja agradável ou não. Ex.: Amar a Deus sobre todas as coisas; coletar o lixo (coisa desagradável, mas necessária).

**ESCLARECIMENTO** [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* “**Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento**” tal é o **lema do esclarecimento** [Aufklärung].

É cômodo ser menor. Causas principais: preguiça e covardia. Que, porém um público se esclareça a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável. Ou seja, **para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão liberdade**. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer **uso público de sua razão** em todas as questões.

- **Uso público da razão**: proporciona perante um grande público, o avanço do esclarecimento. Ex.: um grande escritor de críticas.
- **Uso privado da razão**: também proporciona o avanço do esclarecimento, porém de uma maneira restrita, geralmente, quando um sábio faz uso de sua razão apenas em um determinado cargo público ou função a ele confiada. Ex.: um professor.